

Research paper

Divulgação de informação sobre riscos financeiros nas entidades bancárias: Evidência empírica em Portugal

Submitted in 1, September 2018

Accepted in 22, November 2018

Evaluated by a double blind review system

SUZANA COELHO¹

MARCO AMARAL²

KÁTIA LEMOS³

Resumo

Objetivo: O objetivo deste estudo é a análise da divulgação sobre riscos financeiros nas entidades bancárias portuguesas. Pretende-se verificar o grau de cumprimento com as recomendações emitidas pelo Comité de Basileia e com as normas internacionais de contabilidade, no que concerne à informação sobre riscos financeiros, e identificar os fatores determinantes do nível de divulgação apresentado.

Metodologia: Para o efeito, analisamos a informação divulgada pelas entidades bancárias a operar em Portugal, durante o período de 2016, recorrendo à análise de conteúdo dos relatórios e contas.

Posteriormente, foram identificados os fatores determinantes da divulgação sobre riscos financeiros, através da construção de um modelo de regressão linear múltipla.

Originalidade: Este trabalho, não sendo novo em Portugal, tem como objetivo dar continuidade ao estudo de Amaral (2015) e contribuir, teórica e empiricamente, para a investigação nesta área temática. O novo estudo permite avaliar um novo período de divulgação dos riscos financeiros, bem como abranger um maior número de entidades bancárias a operar em Portugal.

Resultados: Concluiu-se que o nível de divulgação de informação praticado sobre os riscos financeiros permanece elevado, continuando o Índice de Risco de Liquidez a ser o mais divulgado. Do estudo dos determinantes de divulgação, a estimação do modelo do estudo atual determinou como fatores explicativos da divulgação as variáveis Rendibilidade do Capital Próprio e a Solvabilidade.

Palavras-chave: Riscos financeiros; entidades bancárias; índice de divulgação.

1. Introdução

O sistema financeiro distingue-se dos restantes setores de atividade pelo seu funcionamento e pelo importante papel que representa na economia. O setor bancário está exposto a vários tipos de riscos decorrentes da sua atividade (riscos financeiros, riscos

¹ Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave. E-mail: a3459@alunos.ipca.pt.

² Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave. E-mail: mamaral@ipca.pt.

³ Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave. E-mail: klemos@ipca.pt.

não financeiros e outros riscos), executando uma eficaz e estável gestão desses mesmos riscos.

A crise financeira, que se iniciou em 2007 nos Estados Unidos, originou a decadência de várias entidades financeiras, agitações nos mercados financeiros, o retrocesso da economia mundial e maior pressão na regulação do sistema financeiro. Em consequência, ressalta a necessidade de colaboração entre as entidades de regulação e supervisão dos vários países, devido à internacionalização da atividade bancária, tendo-se observado um esforço global na harmonização das atividades de supervisão e das normas de regulação.

Em relação à divulgação de riscos financeiros, o Comité de Supervisão Bancária de Basileia (CSBB), nas suas recomendações, pretende facilitar a comparabilidade entre todas as instituições do sistema financeiro, permitindo a todos os seus intervenientes a hipótese de apreciação e avaliação dos riscos financeiros dos bancos.

Por sua vez, o *International Accounting Standards Board* (IASB), para responder à evolução do mercado financeiro internacional, tem incrementado um conjunto de Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (NIRF) alusivas à divulgação e apresentação sobre todos os tipos de instrumentos financeiros.

A motivação deste estudo está essencialmente em compreender se existe uma preocupação por parte das instituições bancárias na divulgação da informação sobre os riscos financeiros, e se estas entidades, cumprem os requisitos mínimos exigidos pelos reguladores do setor. Deste modo, o objetivo deste estudo é a análise da divulgação sobre riscos financeiros nas entidades bancárias portuguesas. Pretende-se verificar o grau de cumprimento com as recomendações emitidas pelo Comité de Basileia e com as Normas Internacionais de Contabilidade, no que concerne à informação sobre riscos financeiros, e identificar os fatores determinantes do nível de divulgação apresentado.

Para o efeito, analisamos a informação divulgada pelas entidades bancárias a operar em Portugal, com ações cotadas em mercado regulamentado, durante o período de 2016, recorrendo à análise de conteúdo dos relatórios e contas.

A partir das recomendações do Comité de Basileia e das NIC/NIRF será construído um índice de divulgação e subíndices de divulgação, para os riscos de crédito, liquidez e mercado, respetivamente, que permitam retirar conclusões sobre o grau de cumprimento com as exigências contidas, quer no normativo do IASB, quer nas recomendações do Comité de Basileia.

Posteriormente, serão identificados os fatores determinantes da divulgação sobre riscos financeiros, através da construção de um modelo de regressão linear múltipla.

Este trabalho, não sendo novo em Portugal, tem como objetivo dar continuidade ao estudo de Amaral (2015) e contribuir, teórica e empiricamente, para a investigação nesta área temática. Assim, esta investigação, pretende seguir a mesma linha do estudo anterior, mas apresentando alguns pontos inovadores como: i) avaliar um novo período de divulgação dos riscos financeiros (ano 2016); ii) abranger um maior número de entidades bancárias a operar em Portugal (sete instituições bancárias); e verificar se as instituições financeiras procuram melhorar o seu nível de divulgação de informação financeira sobre os riscos.

Espera-se com os resultados obtidos que o nível de divulgação dos riscos financeiros seja elevado, tendo em consideração a forte regulação implementada pelos supervisores após a crise global do sistema financeiro, assim como evidenciar algumas características bancárias significativas na explicação do grau de divulgação dos riscos.

Deste modo, após esta breve introdução, no ponto 1, são apresentados os objetivos deste estudo e são formuladas as hipóteses de investigação. No ponto 2 é explicada a metodologia de investigação adotada e no ponto 3 são apresentados os principais resultados obtidos. Finalmente, apresentam-se as principais conclusões e limitações deste estudo e sugerem-se pistas para futura investigação.

2. Objetivos do estudo e hipóteses de investigação

O principal objetivo deste trabalho é o de dar continuidade ao estudo de Amaral (2015), analisando as práticas de divulgação sobre riscos financeiros adotadas pelas entidades financeiras a operar em Portugal, verificando o grau de cumprimento com as recomendações do CSBB e com as Normas do IASB e identificar os fatores determinantes do nível de divulgação.

Face ao exposto, pretende-se analisar a informação sobre riscos financeiros que é divulgada pelos 7 maiores grupos bancários a operar em Portugal, tendo em consideração as recomendações emitidas pelo CSBB e as exigências de divulgação contidas na NIRF 7, sobre Instrumentos financeiros.

Por outro lado, a evidência empírica terá como finalidade caracterizar as entidades mais divulgadoras de informação sobre riscos financeiros, identificando os fatores explicativos do nível de divulgação.

Para fazer face aos objetivos propostos, pretende-se, numa primeira fase de investigação, testar a seguinte hipótese de investigação:

H1. A extensão de divulgação de informação sobre o índice de riscos financeiros nos principais bancos a operar em Portugal, no que concerne às recomendações do CSBB e da NIRF 7, evoluiu positivamente com o decorrer do tempo.

Tendo em consideração o incremento nas exigências de divulgação sobre riscos e a pressão exercida sobre as entidades financeiras para que aumentem a qualidade da divulgação, espera-se que as entidades bancárias em Portugal tenham aumentado o seu nível de divulgação face aos resultados obtidos por Amaral (2015).

Para dar seguimento a este objetivo, foi formulado um índice de riscos financeiros (IRF), tendo sido considerado um procedimento similar aos estudos realizados por Pinto e Lemos (2013), Amaral (2015), Amaral e Lemos (2015). Para tal, foram calculados sub-índices de divulgação, como o índice de risco de crédito (IRC), o índice de risco de mercado (IRM) e o índice de risco de liquidez (IRL), permitindo que a soma algébrica dos três sub-índices determinem o índice de risco financeiro (IRF).

O índice de risco financeiro é composto da seguinte forma:

$$\text{IRF} = \text{IRC} + \text{IRM} + \text{IRL}$$

Numa segunda fase de investigação pretende-se analisar os determinantes de divulgação sobre os riscos financeiros e testar a seguinte hipótese:

H2. O índice de riscos financeiros é determinado por aspetos intrínsecos às instituições bancárias, tais como: dimensão do banco, pela sua rendibilidade, pela qualidade do

crédito, pela solidez da instituição, pela sua liquidez, eficiência operacional e produtividade bancária.

Assim, tendo em consideração que o nível de divulgação praticado pelas instituições bancárias pode ser influenciado pelas suas características particulares, foram testadas as seguintes hipóteses de investigação:

- *Dimensão*

Estudos prévios, realizados por diferentes autores em diferentes contextos concluíram que existe uma relação positiva entre a divulgação de informação sobre riscos e a dimensão do banco (Costa, *et al.*, 2017).

Para Rahman *et al.* (2013) isto ocorre porque as grandes empresas estão sob escrutínio mais público do que as empresas de menor dimensão, assim como tendem a ser mais complexas. A complexidade requer um sistema de informação eficiente de gestão para atender à necessidade de controlo financeiro.

Os autores Dantas *et al.* (2010) consideram que outro fator que associa a dimensão à extensão da divulgação é o facto de bancos de maior dimensão absorverem mais facilmente os custos associados à produção das informações.

Tendo em consideração estas perspetivas e a amostra do presente estudo incidir sobre os sete maiores grupos bancários a operar em Portugal, é formulada a seguinte hipótese a ser testada:

H2.1: Bancos de maior dimensão divulgam mais informação sobre os riscos financeiros.

A dimensão ou tamanho é a variável mais utilizada nos estudos sobre os determinantes da liquidez, podendo ser medida através de variáveis como: o número de trabalhadores, o volume de negócios, o valor do ativo líquido total, o valor do capital próprio ou pelo valor de capitalização das ações no mercado da instituição, ou ainda pelo número de países onde se localizam as subsidiárias e associadas dos bancos. No presente estudo, optou-se pela conjugação de duas medidas: o valor do ativo líquido total e o número de colaboradores para cada período. Autores como, Pinto e Lemos (2013), Amaral (2015), Amaral e Lemos (2015), Terraza (2015), Milan e Quadros (2016), DeYoung e Jang (2016), Aryani e Hussainey (2017), Costa *et al.* (2017), Khan *et al.* (2017) e Lastuvková (2017) utilizaram a variável do total do ativo da entidade, quer em termos líquidos, médios ou até específicos (por segmentos e outros).

- *Rendibilidade*

O nível de divulgação praticado por uma instituição bancária poderá ser influenciado pela sua rendibilidade.

Pinto e Lemos (2013) concluíram que o nível de rendibilidade das instituições bancárias analisadas não tem influência sobre o nível de divulgação praticado sobre os riscos.

Outros autores como Lipunga (2014) e Lemos *et al.* (2012) utilizaram como variável métrica para analisar a associação da variável na divulgação dos riscos apenas a ROA –

Return on Assets, tendo sido confirmados os resultados obtidos pelas autoras Pinto e Lemos (2013).

Contudo, estes resultados acabam por não serem coincidentes com o estudo de Dantas *et al.* (2010) e de Dhar (2014) e Rafidi *et al.* (2016) que concluíram que os bancos com maior nível de rendibilidade apresentam maior grau de divulgação sobre os riscos.

Todavia, El-Bannany (2015) e Aryani e Hussainey (2017) concluíram pela existência de uma associação negativa entre o nível de divulgação sobre risco de crédito e a rendibilidade (medida através da ROE).

A investigação empírica sobre esta matéria não apresenta resultados conclusivos nos diversos estudos que testaram a variável rendibilidade para explicar a divulgação de informação sobre os riscos. Assim, atendendo ao carácter misto com diferentes tipos de associação positiva e negativa, resulta a seguinte hipótese a ser testada:

H2.2: O índice de divulgação sobre riscos financeiros varia com a rendibilidade dos bancos.

No presente estudo, como variáveis independentes para medir a rendibilidade dos bancos em análise, optou-se pela rendibilidade do ativo (ROA) e pela rendibilidade do capital próprio (ROE), tal como adotado pelos autores, Pinto e Lemos (2013), Amaral (2015), Amaral e Lemos (2015), Petria *et al.* (2015), El-Bannany (2015), DeYoung e Jang (2016), Novokmet e Marinovic (2016), Aryani e Hussainey (2017), Costa *et al.* (2017), Berger e Bouwman (2017), Khan *et al.* (2017) e Passos *et al.* (2017).

- *Qualidade do Crédito*

A variável qualidade do crédito pretende refletir a qualidade da carteira de crédito concedido por uma instituição bancária. Espera-se que uma instituição bancária com melhor qualidade do crédito tenha uma maior necessidade de divulgação de informação em matéria dos riscos financeiros.

A autora Cucinelli (2013) no estudo que realizou sobre 1.080 bancos da Zona Euro, concluiu que os bancos com uma melhor qualidade de ativos são mais propensos a gerir a liquidez no curto prazo, pois permite uma maior rotatividade dos seus ativos. Para Rahman *et al.* (2013) a existência de melhor qualidade do crédito permite também que as agências de *rating* de crédito, tais como a *Standard and Poor's* (S&P's), *Moody's Investors Service*, ou a *Fitch Inc.*, forneçam informações qualitativas sobre as carteiras de crédito dos bancos.

Portanto, partindo da premissa que uma melhor qualidade do crédito deve ser revelada por parte dos bancos, é formulada a seguinte hipótese a ser testada:

H2.3: Bancos com melhor rácio de qualidade de crédito divulgam mais informação sobre riscos.

Para analisar a qualidade da carteira de crédito utilizou-se no presente estudo o indicador do crédito vencido, permitindo assim verificar qual o peso entre o valor de crédito em mora que cada banco tem no período em análise em relação ao total do crédito concedido.

Quanto maior a taxa deste indicador, menor é a qualidade do crédito e vice-versa. Autores como, Farias *et al.* (2014), Amaral (2015), Amaral e Lemos (2015) e Roman e Sargu (2015) utilizaram a variável da qualidade dos ativos relativos aos empréstimos concedidos, e concluíram que este fator interno é um dos que mais influencia a liquidez dos bancos.

- *Solvabilidade*

A variável solidez pretende avaliar a robustez de uma instituição bancária e a sua influência no nível de divulgação sobre os riscos financeiros.

Nos estudos de outros autores não existe consenso quanto à relação existente entre a solidez dos bancos e a divulgação de informação sobre os riscos, sendo que as investigações de Dantas *et al.* (2010) e Pinto e Lemos (2013) concluíram pela inexistência de associação, mas o estudo de Cucinelli (2013) aponta em sentido contrário, confirmando a existência de uma correlação positiva.

Assim, no pressuposto que os bancos mais sólidos e, portanto, mais robustos, tenham mais incentivos para divulgar mais informação sobre os riscos, resulta a seguinte hipótese a ser testada:

H2.4: Bancos com melhor solvabilidade apresentam maior nível de divulgação sobre os riscos.

Relativamente à solidez dos bancos, salienta-se no presente estudo a importância dos rácios de capital, nomeadamente do rácio de solvabilidade *Tier 1*, que reflete a obrigatoriedade de um banco manter determinados valores de capital, chamado de capital principal (*core*) para fazer face às perdas inesperadas. Este rácio é medido pela relação entre o capital *Tier 1* e os ativos ponderados pelo risco da entidade bancária e quanto mais elevado for este rácio, melhor, demonstrando maior capacidade para os bancos cobrirem as perdas dos seus ativos. Atendendo à importância e impacto deste indicador na atividade bancária, o mesmo tem sido realçado pela generalidade dos autores (Pinto e Lemos, 2013; Acharya e Mora, 2015; Amaral, 2015; Amaral e Lemos, 2015; Terraza, 2015; Khan *et al.*, 2017).

- *Liquidez*

Estando a liquidez relacionada com a capacidade de uma instituição bancária honrar os seus compromissos perante os capitais dos depositantes, será expectável que o nível de liquidez de cada instituição bancária tenha efeitos sobre a exposição aos riscos financeiros.

A teoria da agência (Jensen e Meckling, 1976) sugere a existência de uma associação elevada entre o nível de liquidez e o nível de divulgação, uma vez que, no caso das instituições bancárias, existe uma maior pressão por parte dos depositantes para que os bancos forneçam informação mais detalhada sobre a sua atividade.

Deste modo, procura-se no presente estudo analisar empiricamente a relação existente entre a liquidez dos bancos, através do rácio de transformação dos recursos em crédito e a divulgação da informação sobre os riscos financeiros, resultando a seguinte hipótese a ser testada:

H2.5: Bancos com melhor liquidez apresentam maior nível de divulgação sobre os riscos.

Foi adotado o indicador de transformação dos recursos de clientes em crédito concedido, tal como os estudos realizados pelos autores Faria *et al.* (2014), Amaral (2015), Amaral e Lemos (2015), Terraza (2015), DeYoung and Jang (2016), Serrano (2016) e Aryani e Hussainey (2017).

- *Eficiência Operativa*

O grau de eficiência operativa de cada instituição bancária indica o nível de eficiência na gestão dos seus gastos operacionais.

A relação desta variável com a divulgação de informação sobre os riscos pode ser justificada através de uma melhor racionalização da estrutura organizacional, pois bancos com uma gestão mais qualificada terão gastos operacionais mais reduzidos e, deste modo, podem ser comparados no setor, permitindo ter efeitos na cotação de mercado, no desempenho e na redução do risco.

Silva (2012) obteve evidência empírica de uma associação negativa entre o rácio de eficiência operativa e o nível de divulgação sobre ativos intangíveis gerados internamente e uma associação positiva com o nível de divulgação de informação sobre ativos intangíveis adquiridos.

Como esta variável está associada a um indicador de *performance* (pela redução de gastos), é formulada a seguinte hipótese a ser testada:

H2.6: Bancos com melhor rácio de eficiência divulgam mais informação sobre os riscos.

A medida de eficiência operativa (*cost-to-income*) é a relação entre os gastos operacionais (gastos de funcionamento ou estrutura + depreciações do exercício) e o produto bancário (rendimentos da atividade). Este indicador (rácio de eficiência) permite medir a eficiência operacional de cada banco, ou seja, a eficiência na gestão dos seus gastos de estrutura. Quanto mais baixo este indicador, melhor eficiência e racionalização dos gastos de estrutura das empresas bancárias para cada período. Autores como Faria *et al.* (2014), Amaral (2015) e Amaral e Lemos (2015) utilizaram nos seus estudos a variável interna da eficiência operativa na gestão dos custos dos bancos.

- *Produtividade*

O nível de divulgação praticado por uma instituição bancária poderá ser influenciado pela sua produtividade.

De modo geral, este indicador determina o rendimento da atividade bancária gerado por colaborador de cada instituição bancária, permitindo estabelecer uma medida de avaliação comparativa do setor.

De acordo com a teoria de sinalização, as empresas de maior qualidade tenderão a optar por políticas de divulgação que lhes permitam revelar a sua qualidade superior, enquanto as empresas de menor qualidade tenderão a esconder a sua qualidade inferior (Morris, 1987).

O facto de um colaborador gerar um elevado rendimento da atividade bancária deve-se refletir em um maior grau de divulgação de informação sobre os riscos. Deste entendimento, resulta a seguinte hipótese a ser testada:

H2.7: O índice de divulgação sobre riscos financeiros varia com a produtividade dos bancos.

A variável produtividade no presente estudo é traduzida pelo indicador de gestão designado produtividade da atividade complementar. Este indicador pretende refletir a relação entre o produto bancário e o número de colaboradores de cada instituição bancária pertencente à amostra apresentada em cada período objeto de análise, tal como aplicado pelos autores Amaral (2015) e Amaral e Lemos (2015).

3. Metodologia de investigação

Para testar as hipóteses anteriormente formuladas, foi adotada a metodologia da análise documental, através da recolha de dados da informação financeira dos Relatórios e Contas Anuais Consolidados dos bancos da amostra para o período de 2016, os quais foram complementados com os dados fornecidos por Amaral (2015), cujo período de análise incidiu entre os anos 2006 a 2012.

Para tratamento dos dados recolhido, adotou-se o método da análise de conteúdo, tendo os mesmos sido classificados e enquadrados de modo a permitir determinar os sub-índices de divulgação dos riscos (crédito, mercado e liquidez), cujo somatório resulta no índice total dos riscos financeiros para cada instituição da amostra.

Posteriormente, para tratamento estatístico dos dados recolhidos, foi utilizada a ferramenta informática (STATA) – versão 13.1, tendo sido realizados os testes de pressupostos e aplicada a técnica de dados em painel.

3.1. Amostra

O universo do sistema financeiro português é constituído pelas instituições financeiras. De acordo com o Banco de Portugal (BP) (2011) o setor bancário português apresenta uma elevada concentração de capital financeiro num número reduzido de instituições. (quadro 1)

Da análise individual das instituições bancárias a operar no sistema financeiro português, a definição da amostra recaiu sobre as contas consolidadas dos grupos bancários a 31 de dezembro de 2016. Deste modo, foi selecionada uma amostra constituída pelos sete bancos portugueses (grupos bancários) com maior volume dos ativos líquidos totais.

O critério adotado justifica-se pelo facto de se acreditar que os maiores bancos deverão ser aqueles que estarão numa fase mais avançada do processo de divulgação de informação sobre a gestão dos riscos financeiros. Assim, a amostra resultou no seguinte:

Quadro 1. Caracterização da amostra e das principais rubricas de Balanço a 31.12.2016

Bancos	Ativo Total		Empréstimos a Clientes		Depósitos de Clientes		Capital Próprio		Resultado Líquido	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
CGD	93.547	24,26	68.500	26,76	69.680	28,4	3.883	13,0	-1.860	-117,0
MBCP	71.265	18,5	51.758	20,2	48.798	19,9	5.265	17,7	146	9,2
NB	52.333	13,6	33.750	13,2	25.990	10,6	5.148	17,3	-797	-50,1
BST	42.644	11,1	33.115	19,6	28.513	11,6	3.266	11,0	380	23,9
BPI	39.595	10,3	23.431	9,2	21.968	9,0	2.909	9,8	313	19,7
MG	21.346	5,5	15.041	5,9	12.468	5,1	1.456	4,9	-86	-5,4
CA	16.699	4,3	8.651	3,4	11.726	4,8	1.244	4,2	58	3,6
TOTAL	377.762		234.246		219.143		23.171		-1.846	
Sistema Bancário	385.662		255.993		245.442		29.824		-1.590	
%	87,6		91,5		89,3		77,7		116,1	

Nota: Valores em milhões de euros, salvo quando expressamente indicado.

Fonte: Banco de Portugal - BPstat séries cronológicas. Consulta em 26.04.2018 e Relatório e Contas do ano 2016 das entidades bancárias da amostra.

De acordo como o Quadro 1, os sete maiores grupos bancários a operar em Portugal apresentam um volume de ativos líquidos consolidados, à data de 31 de dezembro de 2016, que ascendem a 337,7 mil milhões de euros, representando 87,6% de todo o ativo líquido agregado no sistema bancário português. Por sua vez, os mesmos bancos representam 91,5% de todo o crédito concedido a clientes no sistema bancário português, mais de 234 mil milhões, bem como representam 89,3% de todos os depósitos de clientes junto do sistema bancário, cujo montante ascende a 219,1 mil milhões. Registe-se que o ano de 2016 foi um ano de fortes prejuízos para o setor bancário português, principalmente para o banco público (CGD), cujo prejuízo ascendeu a 1,8 mil milhões de euros.

3.2. Definição das variáveis

Para determinar a variável dependente, correspondente ao índice de divulgação dos riscos financeiros, foram inicialmente construídos sub-índices de divulgação como o índice de risco de crédito, o índice de risco de mercado e o índice de risco de liquidez. Relativamente as variáveis independentes, foram definidos nove indicadores ou rácios da atividade bancária, conforme se apresenta de seguida.

3.2.1. Variáveis dependentes

Os índices de divulgação que constituem as variáveis dependentes em estudo tiveram por base as exigências de divulgação da NIRF 7 do IASB e as recomendações previstas pelo CSBB, tendo sido agrupados em função de cada risco financeiro (crédito, mercado e liquidez) para que fosse possível aferir sobre o grau de divulgação sobre os riscos financeiros praticado por cada instituição bancária em análise.

Conforme anteriormente referido, a construção da listagem de itens de divulgação, teve por base os estudos realizados por Pinto e Lemos (2013) Amaral (2015) e Amaral e Lemos (2015).

Deste modo, tendo em consideração os sub-índices de divulgação construídos identificaram-se três variáveis dependentes:

- o índice de risco de crédito (IRC);
- o índice de risco de mercado (IRM); e
- o índice de risco de liquidez (IRL).

A soma das três variáveis dependentes permitiu determinar uma quarta variável dependente, designada por índice de riscos financeiros (IRF), conforme se depreende no Quadro 2.

Quadro 2. Índice de divulgação de Riscos Financeiros

IRC - Índice de Risco de Crédito

Recomendações do CSBB	Exigências da IFRS 7
Índice de divulgação de 32 <i>itens</i> , construído com base nas recomendações de divulgação do CSBB. O índice de divulgação para cada verificação é resultado da equação: $\sum itens\ divulgados (1) / 32$	Índice de divulgação de 20 <i>itens</i> , construído com base nas exigências de divulgação da IFRS 7. O índice de divulgação para cada verificação é resultado da equação: $\sum itens\ divulgados (1) / 20$

$$IRC = \sum_{j=1}^e ej/e$$

ej = Banco j em análise. Somatório da pontuação das divulgações do CSBB e da IFRS 7.
e = Número máximo de elementos de risco de crédito divulgados: $\sum itens\ divulgados (1) / 52$.

IRM - Índice de Risco de Mercado

Recomendações do CSBB	Exigências da IFRS 7
Índice de divulgação de 12 <i>itens</i> , construído com base nas recomendações de divulgação do CSBB. O índice de divulgação para cada verificação é resultado da equação: $\sum itens\ divulgados (1) / 12$	Índice de divulgação de 11 <i>itens</i> , construído com base nas exigências de divulgação da IFRS 7. O índice de divulgação para cada verificação é resultado da equação: $\sum itens\ divulgados (1) / 11$

$$IRM = \sum_{j=1}^e ej/e$$

ej = Banco j em análise. Somatório da pontuação das divulgações do CSBB e da IFRS 7.
e = Número máximo de elementos de risco de mercado divulgados: $\sum itens\ divulgados (1) / 23$.

IRL - Índice de Risco de Liquidez

Recomendações do CSBB	Exigências da IFRS 7
Índice de divulgação de 9 <i>itens</i> , construído com base nas recomendações de divulgação do CSBB. O índice de divulgação para cada verificação é resultado da equação: $\sum itens\ divulgados (1) / 9$	Índice de divulgação de 11 <i>itens</i> , construído com base nas exigências de divulgação da IFRS 7. O índice de divulgação para cada verificação é resultado da equação: $\sum itens\ divulgados (1) / 11$

$$IRL = \sum_{j=1}^e ej/e$$

ej = Banco j em análise. Somatório da pontuação das divulgações do CSBB e da IFRS 7.
e = Número máximo de elementos de risco de liquidez divulgados: $\sum itens\ divulgados (1) / 20$.

Índice de Riscos Financeiros

$$IRF = IRC + IRM + IRL$$

Somatório da pontuação das divulgações do CSBB e da IFRS 7.
Número máximo de elementos de riscos financeiros divulgados: $\sum itens\ divulgados (1) / 95$.

Fonte: Elaboração própria.

3.2.2. Variáveis independentes

Tendo em consideração os resultados obtidos em estudos que se preocupam em identificar os fatores determinantes da divulgação de informação sobre os riscos financeiros (Pinto e Lemos, 2013; Amaral, 2015; Amaral e Lemos, 2015; Dhar, 2014), foram selecionadas variáveis independentes que se julgam influenciar as variáveis dependentes.

As variáveis independentes utilizadas no presente estudo são principalmente indicadores e rácios, diretamente relacionados com a atividade do setor bancário (fatores internos) e que evidenciam um conjunto de nove variáveis que identificam os seguintes sete fatores determinantes (*cf.* Quadro 3):

Quadro 3. Variáveis independentes em estudo

Variável Independente		Forma de Determinação
Solvabilidade	SOL	Rácio de Solvabilidade – Tier 1 = Capital Tier 1 / Ativos Ponderados pelo Risco
Qualidade do Crédito	QCRED	Rácio de Crédito Vencido = Crédito Vencido / Crédito a Clientes Bruto
Rendibilidade	ROA	Rácio de ROA (<i>Return on Assets</i>) = Resultado Líquido / Ativo Líquido Rácio de ROE (<i>Return on Equity</i>) = Resultado Líquido / Capital Próprio
Produtividade	PROD	Rácio de Produtividade da Atividade = Produto Bancário / Número de Colaboradores
Liquidez	LIQ	Rácio de Transformação = Crédito a Clientes Líquido / Depósitos de Clientes
Eficiência Operativa	EFIOP	Rácio de Eficiência (<i>cost-to-income</i>) = Gastos de Estrutura / Produto Bancário
Dimensão	LOGAT	LOGAT (natural) = Logaritmo do Valor do Ativo Líquido LOGCO = Logaritmo do Número de Colaboradores

Fonte: Elaboração própria.

3.3. Especificações do modelo

Na estimação econométrica do modelo utiliza-se a técnica *Panel Data* (*Stata 13.1 – Statistics Data Analysis*) que combina dados *cross-section* (bancos) e *time-series* (anos).

Assim, como forma de modelar a relação funcional entre as variáveis, procedeu-se à utilização de modelos de regressão linear múltipla, através do modelo de efeitos aleatórios pelo método dos mínimos quadrados. Neste caso o tradicional modelo de efeitos aleatórios acrescenta os efeitos individuais que permitem descrever e avaliar quais as variáveis independentes com poder explicativo sobre a variável dependente.

Deste modo, para responder às hipóteses anteriormente formuladas, desenvolveram-se os seguintes modelos de regressão linear múltipla (*cf.* Quadro 4):

Quadro 4. Modelo de regressão linear múltipla

$\mathbf{IRCit} = \beta_0 + \beta_1\mathbf{LOGATit} + \beta_2\mathbf{LOGCOit} + \beta_3\mathbf{ROAit} + \beta_4\mathbf{ROEit} + \beta_5\mathbf{QCREDit} + \beta_6\mathbf{SOLit} + \beta_7\mathbf{LIQit} + \beta_8\mathbf{EFIOPit} + \beta_9\mathbf{PRODit} + \epsilon it$
$\mathbf{IRMit} = \beta_0 + \beta_1\mathbf{LOGATit} + \beta_2\mathbf{LOGCOit} + \beta_3\mathbf{ROAit} + \beta_4\mathbf{ROEit} + \beta_5\mathbf{QCREDit} + \beta_6\mathbf{SOLit} + \beta_7\mathbf{LIQit} + \beta_8\mathbf{EFIOPit} + \beta_9\mathbf{PRODit} + \epsilon it$
$\mathbf{IRLit} = \beta_0 + \beta_1\mathbf{LOGATit} + \beta_2\mathbf{LOGCOit} + \beta_3\mathbf{ROAit} + \beta_4\mathbf{ROEit} + \beta_5\mathbf{QCREDit} + \beta_6\mathbf{SOLit} + \beta_7\mathbf{LIQit} + \beta_8\mathbf{EFIOPit} + \beta_9\mathbf{PRODit} + \epsilon it$
$\mathbf{IRFit} = \beta_0 + \beta_1\mathbf{LOGATit} + \beta_2\mathbf{LOGCOit} + \beta_3\mathbf{ROAit} + \beta_4\mathbf{ROEit} + \beta_5\mathbf{QCREDit} + \beta_6\mathbf{SOLit} + \beta_7\mathbf{LIQit} + \beta_8\mathbf{EFIOPit} + \beta_9\mathbf{PRODit} + \epsilon it$
<p>Onde,</p> <ul style="list-style-type: none"> — IRCit representa o índice de divulgação de informação sobre o risco de crédito da instituição <i>i</i> no momento <i>t</i>; — IRMit representa o índice de divulgação de informação sobre o risco de mercado da instituição <i>i</i> no momento <i>t</i>; — IRLit representa o índice de divulgação de informação sobre o risco de liquidez da instituição <i>i</i> no momento <i>t</i>; — IRFit representa o índice de divulgação de informação sobre o risco financeiro da instituição <i>i</i> no momento <i>t</i>; — LIQit representa o indicador de liquidez bancária (transformação dos recursos de clientes em crédito concedido) da instituição <i>i</i> no momento <i>t</i>; — SOLit representa o rácio de solvabilidade da instituição <i>i</i> no momento <i>t</i>; — QCREDit representa o rácio de risco de crédito da instituição <i>i</i> no momento <i>t</i>; — ROAit representa o rácio de rendibilidade do ativo da instituição <i>i</i> no momento <i>t</i>; — ROEit representa o rácio de rendibilidade do capital próprio da instituição <i>i</i> no momento <i>t</i>; — PRODit representa o rácio de produtividade da instituição <i>i</i> no momento <i>t</i>; — EFIOPit representa o rácio <i>cost-to-income</i> da instituição <i>i</i> no momento <i>t</i>; — LOGATit representa o logaritmo do ativo líquido da instituição <i>i</i> no momento <i>t</i>; — LOGCOit representa o logaritmo do número de colaboradores da instituição <i>i</i> no momento <i>t</i>; — β0 é o termo constante; — εit é o termo de erro estatístico da instituição <i>i</i> no momento <i>t</i>.

Fonte: Elaboração própria.

4. Análise e discussão dos resultados

Neste ponto, pretende-se analisar, numa primeira fase, a evolução e comportamento do índice de divulgação financeiro dos principais bancos a operar no sistema bancário português. Para tal, foi analisado o ano 2016 e acrescentado ao estudo realizado por Amaral (2015), no qual o período de análise tinha incidido para os anos de 2006 a 2012.

Numa segunda fase, o presente estudo pretende identificar quais os fatores determinantes que influenciam o nível de divulgação dos riscos financeiros, bem como comparar os atuais resultados obtidos com a introdução do período de 2016, aos resultados obtidos com o estudo de Amaral (2015).

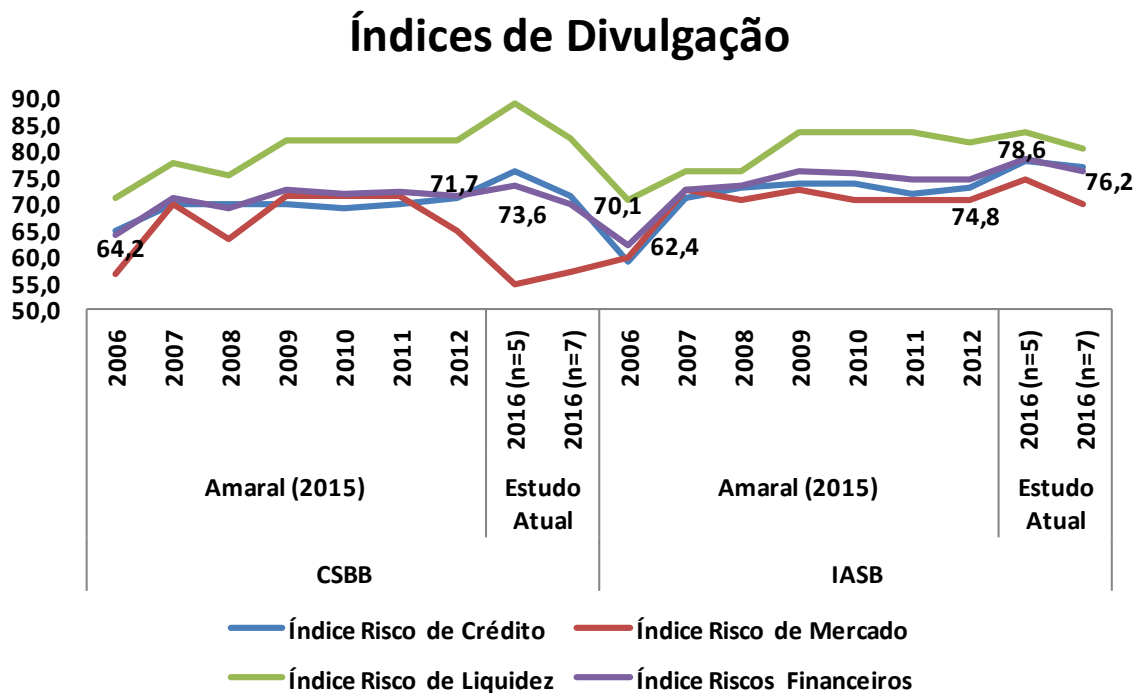
Assim, e de modo a responder às hipóteses de investigação anteriormente formuladas, em primeiro lugar, procedeu-se a recolha dos dados bancários do ano 2016 para os sete maiores bancos a operar em Portugal e foi analisada a evolução da divulgação dos riscos financeiros. Posteriormente, e de forma a permitir inferir o efeito das variáveis

independentes, consideradas conjuntamente, sobre a variável dependente, foi realizada uma análise multivariada, através do tratamento de dados em painel.

4.1. Análise descritiva

Com base nos dados trabalhados, apresentam-se de seguida, no Gráfico 1 e na Tabela 1, a evolução do comportamento da divulgação dos riscos financeiros dos bancos da amostra, tendo em consideração as exigências e requisitos emanados pelos reguladores do setor (recomendações do CSBB e normas do IASB).

Gráfico 1. Nível de divulgação dos riscos por tipo de regulador



Fonte: Elaboração própria.

Tabela 1. Nível de divulgação dos riscos por tipo de regulador

Por tipo de Regulador	Amaral (2015)								Estudo Atual			
	N	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	N	2016	N	2016
CSBB												
Índice Risco de Crédito	5	65,0	70,0	70,0	70,0	69,4	70,0	71,3	5	76,3	7	71,4
Índice Risco de Mercado	5	56,7	70,0	63,3	71,7	71,7	71,7	65,0	5	55,0	7	57,1
Índice Risco de Liquidez	5	71,1	77,8	75,6	82,2	82,2	82,2	82,2	5	88,9	7	82,5
Índice Riscos Financeiros	5	64,2	71,3	69,4	72,8	72,1	72,5	71,7	5	73,6	7	70,1
IASB												
Índice Risco de Crédito	5	59,0	71,0	73,0	74,0	74,0	72,0	73,0	5	78,0	7	77,1
Índice Risco de Mercado	5	60,0	72,7	70,9	72,7	70,9	70,9	70,9	5	74,5	7	70,1
Índice Risco de Liquidez	5	70,9	76,4	76,4	83,6	83,6	83,6	81,8	5	83,6	7	80,5
Índice Riscos Financeiros	5	62,4	72,9	73,3	76,2	75,7	74,8	74,8	5	78,6	7	76,2

Fonte: Elaboração própria.

Tendo em consideração o conjunto de observações que contemplam, tanto os dados relativos às normas e exigências do CSBB como do IASB, consta-se que, com a introdução do período 2016 ao estudo realizado por Amaral (2015), para uma amostra dos cinco maiores bancos (N=5) a operar em Portugal, se verifica um aumento no nível de divulgação dos riscos, com exceção para o Índice de Risco de Mercado. Assim, pode concluir-se o seguinte:

- o índice de divulgação do risco de crédito apresenta um nível de adequação de divulgação no ano de 2016 de 76,3%, para as recomendações do CSBB e de 78,0% para as normas do IASB e, portanto, estes indicadores evidenciam um aumento face a todos os anos da amostra do estudo de Amaral (2015);
- o índice de divulgação do risco de mercado, no ano de 2016, evidencia uma redução do nível de divulgação para as recomendações do CSBB, registando apenas 55%, e, portanto, ficando muito abaixo do conseguido nos anos de 2009, 2010 e 2011, com um registo de divulgação de 71,7%. Por sua vez, as normas do IASB registam um ligeiro aumento, atingindo 74,5% dos requisitos divulgados. A explicação da redução deste risco, está diretamente relacionada com a importância que passou a ser dada à divulgação dos outros riscos, nomeadamente ao risco de liquidez e ao risco de crédito, particularmente, após o registo da crise financeira iniciada em 2008 e que teve como impacto medidas de melhoramento e reforço da regulação para os bancos, aqui com destaque para os novos indicadores de liquidez exigidos pelos reguladores;
- o índice de divulgação do risco de liquidez permanece elevado, tanto para as recomendações do CSBB, registando um nível de divulgação no ano de 2016 de 88,9%, como para as normas do IASB, que evidenciam um registo de 83,6%;
- por fim, o índice de risco financeiro, permite concluir que houve um ligeiro aumento da divulgação, uma vez que o ano de 2016 apresenta um registo de divulgação de 73,6%, para as recomendações do CSBB, e de 78,6%, para as normas do IASB, ficando sempre acima de qualquer um dos anos evidenciado pelo estudo realizado por Amaral (2015).

Podemos ainda concluir que, quando efetuamos um alargamento do número de entidades bancárias (N=7), ou seja, passa de uma análise dos 5 maiores bancos para os 7 maiores bancos, verifica-se uma ligeira diminuição do nível de divulgação na generalidade dos riscos. Por exemplo, o índice de divulgação do risco financeiro no ano de 2016 com a análise de 7 bancos apresenta, para as normas do CSBB o registo de 70,1% e para as do IASB de 76,2%, ficando ambos ligeiramente abaixo do verificado no caso da amostra para 5 bancos (73,6% para CSBB e 78,6% para o IASB). Este dado vem corroborar o estudo de Amaral (2015), em que refere que os cinco maiores bancos a operar em Portugal são aqueles que estão numa fase de maior avanço da divulgação dos riscos, e como tal, divulgam mais. Daqui podemos deduzir que, se continuarmos a introduzir mais entidades bancárias, o nível de divulgação dos riscos reduz.

Se observarmos o conjunto dos índices de divulgação dos reguladores, por tipo de índice de risco (risco financeiro, risco de crédito, risco de mercado e risco de liquidez), conclui-se da evidência do aumento da divulgação dos riscos financeiros, com a exceção para o

índice de divulgação do risco de mercado, conforme se verifica na Tabela 2 e no Gráfico 2, a seguir.

Gráfico 2. Nível de divulgação dos riscos por tipo de índice

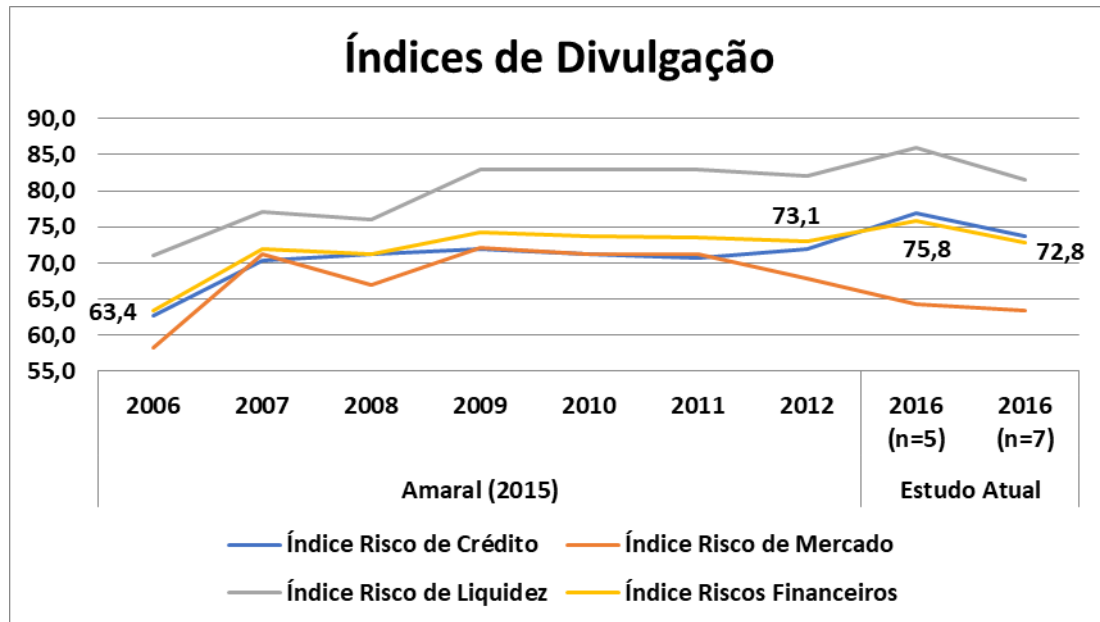


Tabela 2. Nível de divulgação dos riscos por tipo índice

Por tipo de Índice	N	Amaral (2015)							Estudo Atual			
		2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	N	2016	N	2016
Índice Risco de Crédito	5	62,7	70,4	71,2	71,9	71,2	70,8	71,9	5	76,9	7	73,6
Índice Risco de Mercado	5	58,3	71,3	67,0	72,2	71,3	71,3	67,8	5	64,3	7	63,4
Índice Risco de Liquidez	5	71,0	77,0	76,0	83,0	83,0	83,0	82,0	5	86,0	7	81,4
Índice Riscos Financeiros	5	63,4	72,0	71,2	74,3	73,7	73,5	73,1	5	75,8	7	72,8

Fonte: Elaboração própria.

Como se pode observar, o nível de divulgação de informação praticado sobre os riscos financeiros permanece elevado (no ano 2016, 75,8% para uma amostra de 5 bancos e 72,8% para uma amostra de 7 bancos), continuando o índice de divulgação do risco de liquidez a ser o mais elevado (no ano 2016, 86,0% para uma amostra de 5 bancos e 81,4% para uma amostra de 7 bancos).

Como conclusão geral, podemos referir que os resultados obtidos deste estudo confirmam os estudos prévios realizados por Amaral (2015), quanto à divulgação dos riscos financeiros no setor bancário português. Deste modo, confirmamos a Hipótese 1 do presente estudo, isto é, foi evidenciada uma evolução positiva da divulgação dos riscos financeiros.

4.2. Análise multivariada

Como forma de modelar a relação funcional entre as variáveis dependentes e independentes, e assim responder à Hipótese 2 do presente estudo, procedeu-se à realização de uma análise multivariada, com recurso ao tratamento de dados em painel, através do modelo de efeitos aleatórios (*Random-effects GLS regression*), tendo sido utilizada a ferramenta informática STATA, versão 13.1.

O proposto modelo de regressão linear múltipla anteriormente detalhado, apresenta uma combinação de nove variáveis independentes correspondentes a sete fatores determinantes internos, relacionados com a atividade específica do setor bancário, a qual foi conjugada com uma base de análise composta por 42 observações, tendo-se obtido os seguintes resultados, conforme quadro seguinte:

Quadro 5. Regressões multivariadas – resultados das estimações

Variável	IRF		IRC		IRM		IRL	
	(Efeitos Aleatórios)							
	Coef.	Sig	Coef.	Sig	Coef.	Sig	Coef.	Sig
Painel A: (Amaral, 2015)								
LOGAT	-57.66253	0.042 (b)	-79.97488	0,011 (b)	-37.14532	0.378	-23.22364	0.469
QCRED	4.647627	0.101	4.156303	0.187	1.525478	0.717	9.4285	0.003 (a)
SOL	-1.564663	0.153	-1.041596	0.392	-1.563756	0.337	-2.908756	0.019 (b)
EFIOP	.9231993	0.036 (b)	.9985944	0.041 (b)	.615757	0.346	1.085768	0.029 (b)
Número de observações:	35		35		35		35	
Número de Grupos:	5		5		5		5	
R-Sq	Within	0.1876		0.0915		0.0882		0.3116
	Between	0.9937		0.9193		0.8325		0.9493
	Overall	0.4466		0.4265		0.3964		0.5252
	Wald chi2	20.18		18.59		16.42		27.66
	Prob>chi2	0.0168		0.0289		0.0586		0.0011
Painel B: (Estudo Atual)								
LOGAT	11.35599	0.628	6.498493	0.810	-10.25331	0.716	48.62108	0.097
LOGCO	-18.63973	0.451	-18.90976	0.507	13.26291	0.656	-54.46016	0.078
ROA	5.416826	0.234	5.502773	0.294	5.327185	0.330	5.340738	0.348
ROE	-.511053	0.014 (b)	-.4824023	0.044 (b)	-.662105	0.008 (a)	-.4119663	0.112
QCRED	.9197685	0.268	1.053641	0.272	.9230754	0.356	.567372	0.585
SOL	-1.603062	0.092	-1.160412	0.290	-1.966795	0.085	-2.338951	0.049 (b)
LIQ	.0033246	0.955	.040626	0.553	.0392464	0.583	-.134563	0.070
EFIOP	-.1814874	0.535	-.2333693	0.490	0.0199498	0.955	-.2741042	0.454
PROD	-.0463462	0.514	-.080559	0.326	.0577223	0.500	-.0755719	0.395
CONS	55.5729	0.709	106.0145	0.538	127.6453	0.477	157.3001	0.399
Número de Observações:	42		42		42		42	
Número de Grupos:	7		7		7		7	
R-Sq	Within	0.1708		0.0773		0.1381		0.1394
	Between	0.2485		0.1865		0.6214		0.2393
	Overall	0.2346		0.1879		0.4009		0.2342
	Wald chi2	9.81		7.40		21.41		9.79
	Prob>chi2	0.3664		0.5950		0.0109		0.3680

Nota 1: (a), (b) Resultados estatisticamente significantes para um nível de significância de 0.01 e 0.05, respetivamente.

Nota 2: No painel A: Amaral (2015), apenas foram apresentados os resultados estatisticamente significantes para um nível de significância de 0.01 e 0.05

Fonte: Elaboração própria.

Os resultados do estudo atual (painel B), permitem verificar que, para os valores de R-Sq, estes divergem consoante a variável dependente. Isto significa que o peso explicativo das variáveis independentes varia consoante a variável dependente. O Quadro 5 evidencia que as variáveis independentes, em termos globais, têm um maior poder explicativo (R-sq = 04009), ou seja, 40,09% sobre a variável dependente IRM – índice de risco de mercado. Por sua vez, as mesmas variáveis explicam apenas 23,46% da variável dependente IRF – índice de risco financeiro, apenas 18,79%, da variável dependente IRC – índice de risco de crédito e 23,42% da variável dependente IRL – índice de risco de liquidez. Além disso, é possível retirar também informação sobre as percentagens explicativas entre e dentro dos grupos (bancos). Assim, constata-se que, das diferenças

entre bancos (entre grupos), as variáveis independentes têm um peso explicativo de 62,14% na variável dependente IRM, enquanto para variável IRF o peso explicativo é muito menor, de 24,85%, sendo, no caso das variáveis IRF e IRC, o peso explicativo ligeiramente menor (23,93% e 18,65%, respetivamente). Por sua vez, das variações entre períodos de tempo para o mesmo banco (dentro dos grupos), verifica-se um peso explicativo baixo das variáveis independentes sobre as variáveis IRF (17,08%), IRL (13,94%), IRC (13,81%) e IRM (7,73%).

Estes valores ficam muito abaixo dos resultados estimados por Amaral (2015), em que, no caso do poder explicativo das variáveis independentes na variável explicada IRF, evidencia uma percentagem de 44,66%, contra os 23,46% do estudo atual. Tal razão é justificada, em parte, pela falta de observações para os anos de 2013 a 2015.

No que diz respeito à variável dependente IRF, os resultados do estudo atual revelam uma variável com poder explicativo sobre a variável IRF. Neste contexto, reconhece-se significância estatística na explicação do nível de divulgação de informação sobre os riscos financeiros a variável ROE, com 0.014 para um nível de significância de 0.05, e evidencia uma relação negativa (-.511053), indicando assim que o nível de divulgação aumenta à medida que diminui a rendibilidade medida pelos capitais próprios.

Relativamente às variáveis explicativas da variável dependente IRC conclui-se que os resultados também apresentam a variável independente ROE com poder explicativo nesta variável dependente. Assim, reconhece-se significância estatística na explicação do nível praticado de divulgação de informação sobre o risco de crédito, evidenciando 0.044 para um nível de significância de 0.05. A variável ROE, no modelo estimado apresenta um coeficiente com sinal negativo (-.4824023), permitindo aferir que o nível de divulgação do risco de crédito aumenta à medida que diminuiu o indicador económico do ROE.

No que concerne à variável dependente IRM, constata-se igualmente que a variável independente ROE tem um poder explicativo sobre esta variável. Neste caso, a variável ROE assume uma significância estatística de 0.008 para um nível de significância de 0.01. A sua relação observada também é negativa (-.662105) e portanto, na mesma linha das anteriores variáveis dependentes, ou seja, a divulgação aumenta à medida que diminui o indicar ROE.

Deste modo, é possível validar a Hipótese 2.2, para os índices de risco financeiro, risco de crédito e risco de mercado, a qual previa que o nível de divulgação sobre riscos seria influenciado pelo nível de rendibilidade dos bancos. Na estimação da hipótese não foi possível prever o sinal desta associação, mas verifica-se, através dos resultados obtidos, que esta relação é negativa, sendo possível comprovar que o nível de divulgação aumenta à medida que o nível de rendibilidade diminui. Este resultado é consistente com os resultados obtidos por El-Bannany (2015) e Aryani e Hussainey (2017), que também obtiveram uma associação negativa entre o nível de divulgação sobre riscos e a ROE, numa amostra de bancos indonésios, mas não é coincidente com os resultados obtidos por Dantas *et al.* (2010), Dhar (2014) e Rafidi *et al.* (2016), que concluíram que os bancos com maior nível de rendibilidade apresentam maior grau de divulgação sobre os riscos.

Por último, a variável dependente IRL apresenta a variável SOL com poder explicativo desta variável dependente, reconhecendo-se significância estatística na explicação do nível praticado de divulgação de informação sobre o risco de liquidez à variável da solvabilidade (0.049 para um nível de significância de 0.05). Deste modo, a variável SOL apresenta um coeficiente com sinal negativo (-2.338951), indicando que o nível de divulgação aumenta à medida que diminui o rácio de solvabilidade – *Tier 1*.

Deste modo, não foi possível validar a Hipótese 2.4., que previa uma associação positiva entre o nível de divulgação e o rácio de solvabilidade dos bancos. Assim, o resultado obtido diverge do resultado apresentado no estudo da autora Cucinelli (2013), o qual evidencia uma correlação positiva entre a divulgação de informação sobre os riscos financeiros e a solidez dos bancos.

Em suma, da análise multivariada pode-se concluir que, para o estudo atual dos determinantes de divulgação, a estimação do modelo determinou como fatores explicativos da divulgação dos riscos, as variáveis independentes Rendibilidade dos Capitais Próprios e Solvabilidade. Neste contexto, a variável independente ROE foi identificada como fator explicativo para as três variáveis dependentes do IRF, IRC e IRM por sua vez, a variável independente SOL foi identificada como fator determinante do IRL. As variáveis independentes Qualidade de Crédito (QCRED) e Liquidez (LIQ) apesar de não apresentarem resultados estatisticamente significantes, evidenciam uma associação positiva com a divulgação de informação sobre riscos financeiros, corroborando os resultados dos estudos de Rahman *et al.* (2013) e Morris (1987), respetivamente. Por sua vez, observa-se similar situação para a variável independente Eficiência Operativa (EFIOP), sendo, contudo, a associação negativa e coincidente com o estudo de Silva (2012).

Quando comparamos os resultados obtidos deste estudo com os estudos prévios realizados por Amaral (2015), constata-se a confirmação da variável SOL como fator explicativo da divulgação, mantendo a mesma relação de evidência (sinal negativo). Porém, não se verifica no atual estudo a significativa influência das variáveis Dimensão do Ativo, Qualidade do Crédito e Eficiência Operativa, mas em contraste, o estudo atual evidencia como fator explicativo da divulgação dos riscos a variável independente do ROE. Este facto não pode deixar de estar associado aos elevados prejuízos ocorridos no Sistema Financeiro Português no ano de 2016, conforme anteriormente referenciado na caracterização da amostra (*cf.* Quadro 1).

5. Conclusões, limitações e sugestões para futura investigação

Do estudo realizado é possível retirar algumas conclusões importantes relativamente às práticas de divulgação de informação sobre riscos financeiros adotadas pelas principais entidades bancárias a operar em Portugal.

No que se refere à Hipótese 1, concluiu-se que o nível de divulgação de informação praticado sobre os riscos financeiros permanece elevado, continuando o Índice de Risco de Liquidez a ser o mais divulgado. Contudo, o alargamento do número de entidades bancárias contribui para uma ligeira diminuição do nível de divulgação sobre riscos financeiros.

Na análise à extensão e à evolução da informação divulgada, verifica-se, com a introdução do período 2016, um aumento no nível de divulgação (exceção para índice de Risco de Mercado), quer ao nível das normas dos CSBB e do IASB, como em termos de divulgação de informação qualitativa e quantitativa.

Assim, conclui-se que os resultados obtidos neste estudo confirmam os estudos prévios de Amaral (2015), quanto à divulgação dos riscos financeiros no setor bancário português.

No que concerne à Hipótese 2, do estudo dos determinantes de divulgação, a estimação do modelo do estudo atual determinou como fatores explicativos da divulgação as variáveis Rendibilidade do Capital Próprio e a Solvabilidade.

A Rendibilidade do Capital Próprio foi identificada como fator explicativo para o índice de Risco Financeiro, para o índice de Risco de Crédito e para o Índice de Risco de Mercado. Por sua vez, a variável solvabilidade foi identificada como fator determinante do Índice de Risco de Liquidez.

O modelo estimado apresenta para o índice de Risco Financeiro um baixo poder explicativo das variáveis independentes na variável explicada.

Mais uma vez, os resultados obtidos neste estudo confirmam os estudos prévios de Amaral (2015) quanto ao fator explicativo da variável solvabilidade. Porém, não se verifica significativa influência das variáveis dimensão, qualidade de crédito e eficiência operativa.

Para além disso, conclui-se que o estudo atual observa como fator explicativo da divulgação dos riscos, a variável rendibilidade dos capitais próprios e tal facto poderá resultar dos elevados prejuízos ocorridos no Sistema Financeiro Português.

Portanto, salienta-se a título de contribuições do estudo realizado a compreensão percebida ao nível da divulgação de informação sobre os riscos financeiros, segundo as normas dos reguladores do setor bancário, assim como a identificação de características específicas, principalmente indicadores e rácios financeiros que estão diretamente relacionados com a atividade dos bancos e que são potencialmente explicativos do nível de divulgação dos riscos.

O estudo realizado apresenta, contudo, algumas limitações, uma vez que a amostra utilizada é de muito reduzida dimensão, limitando-se aos sete maiores grupos bancários a operar em Portugal. Para além disso, o período de análise resume-se a apenas um período económico, pelo que os resultados obtidos deverão ser analisados tendo em consideração esta limitação.

Deste modo, sugere-se, para futura investigação, alargar a amostra e o período de análise, utilizar sistemas bancários de outros países como fator de comparação financeira e cultural (por exemplo um estudo ibérico) e considerar outros indicadores, quer de natureza financeira, quer de natureza não financeira, que possam ser potencialmente explicativos do nível de divulgação. Será também interessante verificar o nível de divulgação dos riscos financeiros pelos bancos em períodos antes da crise e pós-crise financeira e aferir do impacto das novas alterações do quadro regulamentar do Acordo de Basileia III, quanto ao nível de divulgação apresentado.

Referências bibliográficas

- Acharya, V., & Mora, N. (2015). A crisis of Banks as Liquidity Providers. *The Journal of Finance*, LXX (1), 1-43.
- Amaral, M. (2015). *Divulgação de informação sobre riscos financeiros: evidência empírica no setor bancário português*. Dissertação de Mestrado, Escola Superior de Gestão, Instituto Politécnico do Cávado e do Ave.
- Amaral, M., & Lemos, K. (2015). Fatores determinantes do nível de divulgação sobre riscos financeiros no setor bancário português. *V Congresso dos Técnicos Oficiais de Contabilidade*, Lisboa, 17 e 18 de setembro.
- Aryani, D., & Hussainey K. (2017). The determinants of risk disclosure in the Indonesian non-listed banks. *Int. J. Trade and Global Markets*, 10 (1), 58-66.

- Banco de Portugal (2011). *Relatório de Estabilidade Financeira*. Maio: BP.
- Berger, A. & Bouwman, C. (2017). Bank liquidity creation, monetary policy, and financial crises. *Journal of Financial Stability* 30, 139-155.
- Costa, B., Leal, P., & Ponte, V. (2017). Determinantes da divulgação de informações de risco de mercado por empresas não financeiras. *RACE, Revista de Administração, Contabilidade e Economia*, 16 (2), 729-756.
- Cucinelli, D. (2013). The Determinants of Bank Liquidity Risk within the Context of Euro Area. *Interdisciplinary Journal of Research in Business*, 2 (10), 51-64.
- Dantas, J., Rodrigues, F., Rodrigues, J. & Capelletto, L. (2010). Determinantes do Grau de Evidenciação de Risco de Crédito pelos Bancos Brasileiros. *Revista Contabilidade e Finanças, USP, São Paulo, Brasil*, 21 (52), 1-27.
- DeYoung, R., & Jang, K. (2016). Do banks actively manage their liquidity? *Journal of Banking & Finance*, 66, 143-161.
- Dhar, P. (2014). Risk disclosure by select Indian banks with reference to IFRS 7 / IND AS-32: A study. *International Journal of Research in Commerce & Management*, 5 (5), 29-37.
- El-Bannany, M. (2015). Global financial crisis and credit risk disclosure in the UAE banks. *Risk Governance & Control: Financial Markets & Institutions*, 5 (1), 20-26.
- Farias, J., Ponte, V., Oliveira, M., & Luca, M. (2014). Impactos da adoção das IFRS nas demonstrações financeiras consolidadas dos bancos listados na BM&FBOVESPA. *Revista Universo Contábil*, 10 (2), 63-83.
- Khan, S., Scheule, H., & Wu, E. (2017). Funding liquidity and bank risk taking. *Journal of Banking and Finance*, 82, 203-216.
- International Accounting Standards Board. (2005). *Norma Internacional de Relato Financeiro n.º 7: Instrumentos Financeiros: Divulgação de Informações: NIRF 7*;
- Jensen, M., & Meckling, W. (1976). Theory of the Firm: Managerial Behavior, Agency Costs and Ownership Structure. *Journal of Financial Economics*, 3 (4), 305-360.
- Lastuvková, J. (2017). Dimensions of Liquidity and their Factors in the Slovenian Banking Sector. *EaM: Economic a Management*, 20 (2), 163-174.
- Lemos, K., Ariza, L. & Rodrigues, L. (2012). Fatores Determinantes do Nível de Divulgação de Informação sobre Instrumentos Derivados de Acordo com as Recomendações do Comité de Basileia e da IOSCO – Evidência Empírica no Setor Bancário Português. *XV Encuentro AECA – Asociación Española de Contabilidad Y Administración de Empresas, Esposende*, 20 e 21 de setembro.
- Lipunga, A. (2014). Risk Disclosure Practices of Malawian Commercial Banks. *Journal of Contemporary Issues in Business Research*, 3 (3), 154-167.

- Milan, M., & Quadros, B. (2016). A política monetária e a crise financeira: podem os Bancos Centrais se antecipar?. *Economia e Sociedade, Campinas, Unicamp. IE.* 25 (2), 341-372.
- Morris, R. (1987). Signaling, Agency Theory and Accounting Policy Choice. *Accounting and Business Research*, 18 (69), 47-56.
- Novokmet, A., & Marinovic, A. (2016). Solvency and Liquidity Level Trade-Off: Does it Exist in Croatian Banking Sector? *Scientific Annals of Economics and Business*, 63 (3), 429-440.
- Passos, L., Almendra, R., Luca, M. & Vasconcelos, A. (2017). *Disclosure dos riscos de mercado e o custo de capital de empresa. BASE – Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos*, 14 (3), 169- 184.
- Petria, N., Capraru, B., & Ihnatov, I. (2015). Determinants of banks profitability: evidence from EU 27 banking systems. *Procedia Economics and Finance*, 20, 518-524.
- Pinto, C., & Lemos, K. (2013). Fatores Determinantes da Divulgação de Informação sobre o Risco de Liquidez: Evidência empírica no sistema financeiro português. *Comunicação apresentada no XIV Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria, “A Contabilidade Pública como fator de transparência”*, Lisboa, 10 e 11 de outubro, p. 1-25.
- Rafidi, M., Said, J., Kazemian, S., & Zakaria, B. (2016). Enhancing banking performance through holistic risk management: The comprehensive study of disclosure approach. *Malaysian Accounting Review*, 15 (1), 315-339.
- Rahman, R., Kighir, A., Oyefeso, L., & Salam, O. (2013). Risk Management Disclosure Practices of Islamic Banks in the Mena Region: An Empirical Analysis. *Middle-East Journal of Scientific Research* 15 (1), 152-160.
- Roman, A., & Sargu, A. (2015). The Impact of Bank-Specific Factors on the Commercial Banks Liquidity: empirical evidence from CEE countries. *Procedia Economics and Finance* 20, 571-579.
- Serrano, S. (2016). La Solvencia de las Entidades de Crédito Españolas. Una Análisis con datos de panel. *Cuadernos de Economía* 39, 34-48.
- Silva, M. (2012). *Capital Intelectual: Sua Divulgação no Setor Bancário em Portugal*. Tese de Doutorado em Ciências Económicas e Empresariais, Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales, Universidad de Vigo.
- Terraza, V. (2015). The effect of bank size ratios: Implications of banks performance. *Procedia Economics and Finance*, 30, 903-909.